

cabf
(2.083)
11/12/2007

PRIMEIRA TURMA

QUEST. ORD. EM HABEAS CORPUS 90.326-6 RIO GRANDE DO SUL

RELATOR	: MIN. MENEZES DIREITO
PACIENTE(S)	: FRANCISCO SIMEÃO RODRIGUES NETO
IMPETRANTE(S)	: MAURO MACHADO CHAIBEN
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

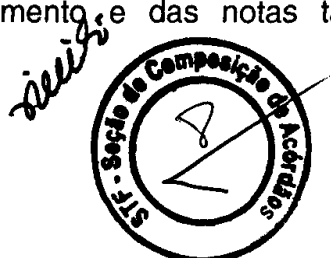
EMENTA

Questão de ordem em *habeas corpus*. Pedido de comunicação da data do julgamento para sustentação oral. Inobservância. Cerceamento de defesa caracterizado. Cancelamento do julgamento. Precedentes da Corte.

1. Ocorre cerceamento de defesa do paciente quando, embora requerido explicitamente, não haja sido comunicado o impetrante, com antecedência, da data do julgamento do feito para que sustentasse oralmente as razões da impetração (art. 192, parágrafo único-A, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).
2. A comunicação poderá ocorrer por qualquer meio idôneo, sem necessidade de intimação do impetrante pelos meios oficiais.
3. Questão de ordem concedida para tornar sem efeito o julgamento do ***habeas corpus***.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Sr. Ministro Marco Aurélio, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por



cabf

(2.083)

HC 90.326-QO / RS

unanimidade de votos, em tornar insubsistente o julgamento do presente **habeas corpus** realizado em 20/11/2007 e publicado no DJ 30/11/2007.

Brasília, 11 de dezembro de 2007.



MINISTRO MENEZES DIREITO

Relator

cabf
(2.083)
11/12/2007

PRIMEIRA TURMA

QUEST. ORD. EM HABEAS CORPUS 90.326-6 RIO GRANDE DO SUL

RELATOR	: MIN. MENEZES DIREITO
PACIENTE(S)	: FRANCISCO SIMEÃO RODRIGUES NETO
IMPETRANTE(S)	: MAURO MACHADO CHAIBEN
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO

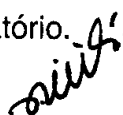
O EXMO. SR. MINISTRO MENEZES DIREITO:

Questão de ordem suscitada pelo impetrante, o advogado Mauro Machado Chaiben, buscando a anulação do julgamento do presente **habeas corpus**, realizado na sessão do dia 20/11/07, na qual esta Primeira Turma, à unanimidade, denegou a ordem.

O suscitante aduz, em síntese, que, mesmo tendo requerido, explicitamente, através da Petição registrada sob o nº 30715/07, não foi informado previamente da data do julgamento do feito, impossibilitando-o de sustentar oralmente as razões da impetração.

Ante o exposto, submeto a presente questão de ordem para que seja apreciado o pedido de anulação do julgamento realizado em 20/11/07.

É o relatório.



cabf
(2.083)

HC 90.326-QO / RS

EMENTA

Questão de ordem em *habeas corpus*. Pedido de comunicação da data do julgamento para sustentação oral. Inobservância. Cerceamento de defesa caracterizado. Cancelamento do julgamento. Precedentes da Corte.

1. Ocorre cerceamento de defesa do paciente quando, embora requerido explicitamente, não haja sido comunicado o impetrante, com antecedência, da data do julgamento do feito para que sustentasse oralmente as razões da impetração (art. 192, parágrafo único-A, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).
2. A comunicação poderá ocorrer por qualquer meio idôneo, sem necessidade de intimação do impetrante pelos meios oficiais.
3. Questão de ordem concedida para tornar sem efeito o julgamento do ***habeas corpus***.

VOTO

O EXMO. SR. MINISTRO MENEZES DIREITO:

Tem razão o impetrante.

Entendo que, no caso presente, houve cerceamento de defesa do paciente, por não ter o impetrante sido comunicado com antecedência da data do julgamento do feito, conforme requerido.

Verifico que, de fato, o impetrante não foi comunicado da data do julgamento, frustrando a sua intenção de sustentar oralmente as razões da impetração.

Foi por isso que a Emenda Regimental nº 17, de 9/2/06, incluiu o parágrafo único-A ao art. 192 do Regimento Interno desta Corte para que o impetrante não fosse surpreendido da data de julgamento do ***habeas corpus***, quando não levado



cabf
(2.083)

HC 90.326-QO / RS

em mesa na primeira sessão da Turma ou Plenário, conforme o caso, após a manifestação da Procuradoria-Geral da República, **in verbis**:

"Art. 192. Instruído o processo e ouvido o Procurador-Geral em dois dias, o Relator o colocará em mesa para julgamento na primeira sessão da Turma ou do Plenário, observando-se, quanto à votação, o disposto nos arts. 146, parágrafo único, e 150, § 3º.

.....
Parágrafo único-A. Não ocorrendo a apresentação em mesa na sessão indicada no **caput**, o impetrante do **habeas corpus** poderá requerer seja cientificado pelo Gabinete, por qualquer via, da data do julgamento".

Nesse sentido, os seguintes julgados:

"Questão de Ordem em habeas corpus. 2. Habeas corpus. Pedido expresso do impetrante para ser comunicado da data de julgamento para fins de sustentação oral. 3. Comunicação não efetivada. 4. Aplicação do art. 192, parágrafo único-A, do RI/STF. 5. Anulação de julgamento. 6. Questão de ordem decidida tão-somente no sentido de tornar sem efeito o julgamento realizado na Sessão da 2ª Turma de 14.11.2006" (HC nº 89.090-QO/GO, Segunda Turma, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJ de 5/10/07).

"Embargos de declaração em habeas corpus. 2. Habeas corpus. Pedido do impetrante para ser comunicado da data de julgamento. Art. 192, parágrafo único-A, do RI/STF. Comunicação não efetivada. Anulação de julgamento. 3. Embargos de declaração acolhidos tão-somente para tornar sem efeito o julgamento realizado na Sessão da 2ª Turma de 8.8.2006" (HC nº 88.262-ED/SP, Segunda Turma, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJ de 30/3/07).

Ressalto, entretanto, que essa providência só deverá ser observada pelo gabinete quando requerida, explicitamente, pelo advogado, e que a comunicação poderá ser feita por qualquer meio idôneo (por exemplo: telefone, fac-símile, correio eletrônico), sem necessidade de que haja a intimação do impetrante pelos meios oficiais.

Registro, por oportuno, que a petição do impetrante requerendo a comunicação foi protocolada em 9/3/07, quando o processo ainda não estava sob a minha relatoria, e encontrava-se grampeada na contracapa dos autos, embaixo de uma

minha

cabf
(2.083)

HC 90.326-QO / RS

cópia do andamento processual, inviabilizando que o gabinete tomasse a providência ali solicitada.

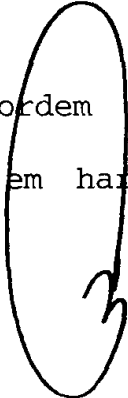
Ante o exposto, voto no sentido de tornar sem efeito o julgamento deste **habeas corpus**, ocorrido na sessão desta Turma do dia 20/11/07.

minh

11/12/2007**PRIMEIRA TURMA****QUEST. ORD. EM HABEAS CORPUS 90.326-6 RIO GRANDE DO SUL**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) -
Normalmente, esperaríamos os embargos declaratórios para suscitar
essa matéria, mas estamos diante de uma ação de envergadura maior, o
habeas corpus, em que não há parte antagônica que pudesse ter
interesse em desfecho diverso.

Submeto à Turma a questão de ordem e a solução
preconizada pelo relator, já me pronunciando em harmonia com a
colocação de Sua Excelência.



PRIMEIRA TURMA**EXTRATO DE ATA****QUEST. ORD. EM HABEAS CORPUS 90.326-6**

PROCED.: RIO GRANDE DO SUL

RELATOR : MIN. MENEZES DIREITO

PACTE.(S): FRANCISCO SIMEÃO RODRIGUES NETO

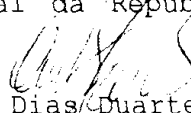
IMPTE.(S): MAURO MACHADO CHAIBEN

COATOR(A/S) (ES): SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma tornou insubsistente o julgamento do presente **habeas corpus**, realizado em 20.11.2007 e publicado no DJ de 30.11.2007. Unânime. Não participou, justificadamente, deste julgamento o Ministro Carlos Britto. 1ª. Turma, 11.12.2007.

Presidência do Ministro Marco Aurélio. Presentes à Sessão os Ministros Carlos Britto, Ricardo Lewandowski, a Ministra Cármen Lúcia e o Ministro Menezes Direito.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Wagner de Castro Mathias Netto.


Ricardo Dias Duarte
ψ Coordenador